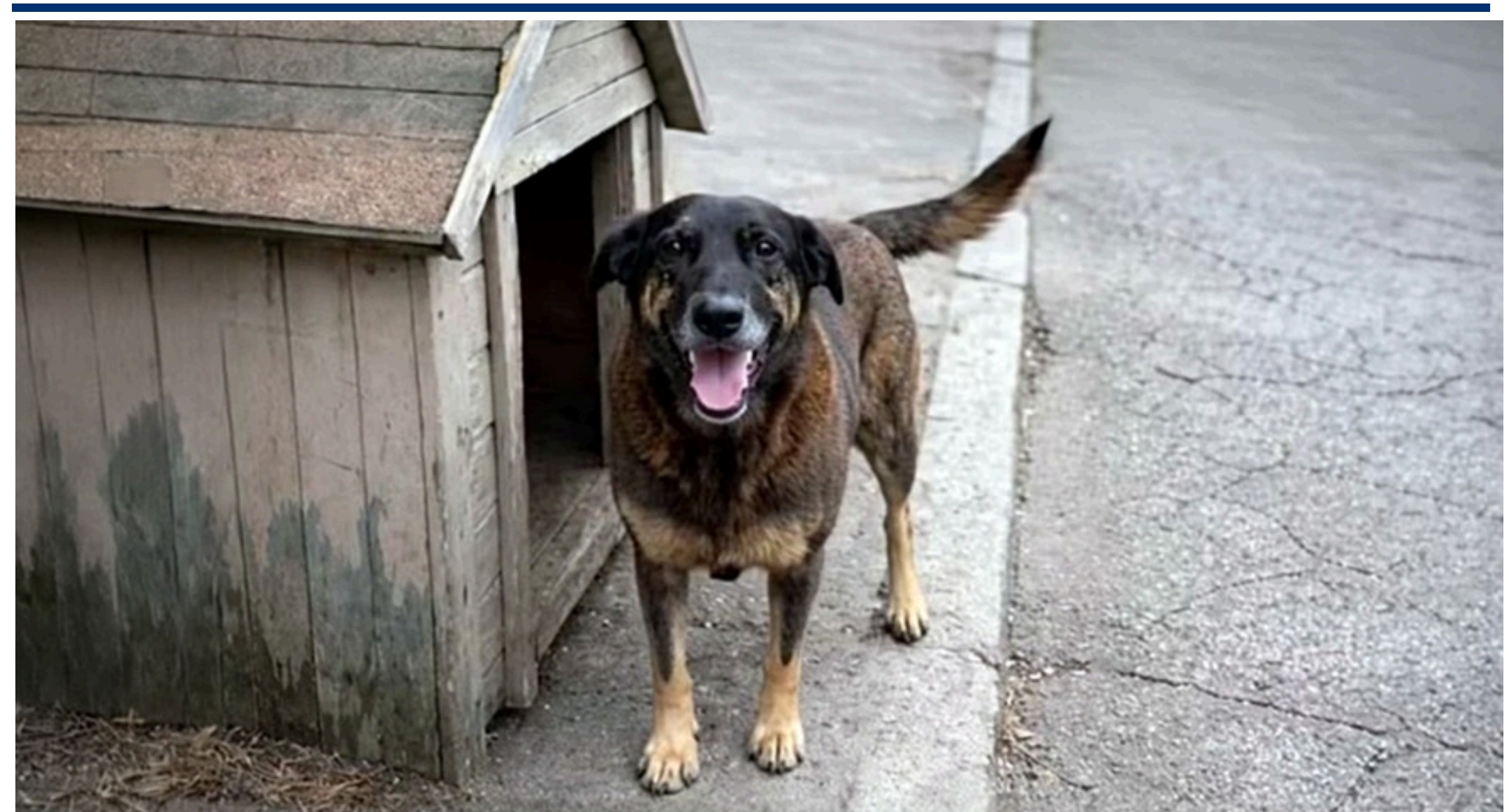




MP pede arquivamento de caso envolvendo Cão Orelha após laudo descartar agressão de adolescentes

O caso envolvendo o cão Orelha teve início em 4 de janeiro de 2026, quando o animal foi encontrado debilitado e apresentando ferimentos na região da cabeça. Conhecido na comunidade onde vivia há aproximadamente dez anos, o cachorro foi encaminhado para uma clínica veterinária, mas acabou sendo submetido à eutanásia devido ao estado grave de saúde..



A repercussão do episódio ganhou força no dia 27 de janeiro, provocando protestos e intensa mobilização nas redes sociais contra familiares dos adolescentes apontados como suspeitos. As famílias de dois dos jovens chegaram a divulgar notas públicas relatando ameaças e ataques virtuais sofridos após o caso ganhar notoriedade.



Rejeição a Lula vai de 55% para 53% em maio, aponta Genial/Quaest



GCM prende três suspeitos por tráfico e apreende mais de 6 kg de drogas em Guarulhos

ANUNCIE NA FOLHA DE GUARULHOS

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Prefeitura de Guarulhos abre inscrições para aulas gratuitas de Samba Rock na Portuguesinha

A Prefeitura de Guarulhos, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, está com inscrições abertas para aulas gratuitas de Samba Rock na Biblioteca Gracinda dos Anjos de Sá Domingues, conhecida como Portuguesinha. As atividades acontecem às sextas-feiras, sempre às 19h30, e são destinadas a participantes a partir de 10 anos de idade.

As inscrições podem ser feitas até o dia 22 de junho, ou enquanto houver vagas disponíveis. Ao todo, serão oferecidas 50 vagas gratuitas.

O Samba Rock é um ritmo e estilo de dança criado no Brasil na segunda metade do século XX, combinando influências do samba, rock e soul. Bastante popular em São Paulo, o gênero se destaca pelos movimentos marcantes e pelas tradicionais rodas de dança que reúnem diferentes gerações.



As inscrições devem ser realizadas pelo portal da Prefeitura de Guarulhos: Portal de Inscrições Culturais.

Serviço

- Aulas Gratuitas de Samba Rock
- Período: de 22 de maio a 4 de dezembro de 2026
- Dia: sextas-feiras
- Horário: 19h30
- Local: Biblioteca Gracinda dos Anjos de Sá Domingues
- Classificação etária: a partir de 10 anos
- Vagas: 50
- Inscrições: de 11 de maio a 22 de junho de 2026
- Entrada gratuita

MP pede arquivamento de caso envolvendo Cão Orelha após laudo descartar agressão de adolescentes

O caso envolvendo o cão Orelha teve início em 4 de janeiro de 2026, quando o animal foi encontrado debilitado e apresentando ferimentos na região da cabeça. Conhecido na comunidade onde vivia há aproximadamente dez anos, o cachorro foi encaminhado para uma clínica veterinária, mas acabou sendo submetido à eutanásia devido ao estado grave de saúde.

A repercussão do episódio ganhou força no dia 27 de janeiro, provocando protestos e intensa mobilização nas redes sociais contra familiares dos adolescentes apontados como suspeitos. As famílias de dois dos jovens chegaram a divulgar notas públicas relatando ameaças e ataques virtuais sofridos após o caso ganhar notoriedade.

A situação gerou grande comoção popular, reunindo moradores, ONGs e entidades de proteção animal em

manifestações que pediam justiça pelo animal.

Em homenagem ao cachorro, uma unidade da rede municipal de hospitais veterinários de São Paulo, localizada no bairro do Tatuapé, passou a se chamar Hospital Veterinário Municipal Leste "Cão Orelha".

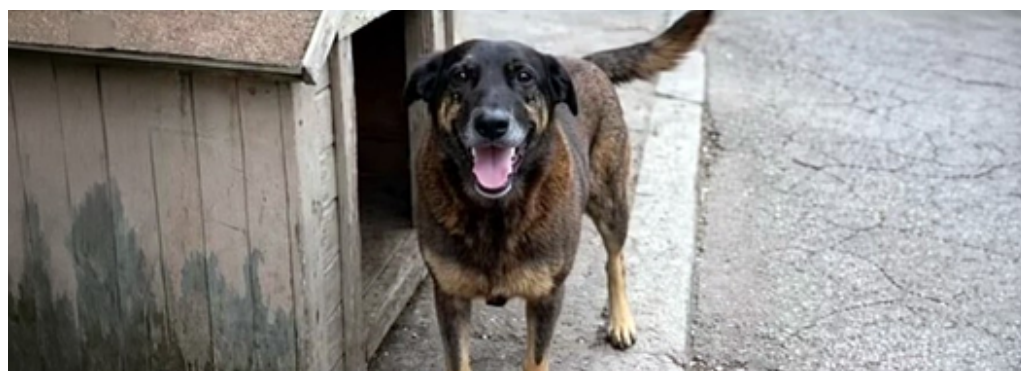
Posteriormente, no dia 4 de fevereiro, a defesa dos adolescentes apresentou vídeos nos quais o cão aparecia caminhando normalmente horas depois do suposto ataque. Diante das dúvidas levantadas durante a investigação, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) solicitou a exumação do animal para realização de uma perícia mais detalhada.

O laudo da Polícia Científica, divulgado em 26 de fevereiro, concluiu que não havia fraturas ou lesões compatíveis com agressões humanas.



Segundo os peritos, o animal apresentava um quadro de osteomielite crônica no maxilar, associada a doenças periodontais avançadas, condição que explicaria o inchaço observado no olho do cachorro em imagens divulgadas anteriormente.

Com base nas conclusões técnicas, o Ministério Público pediu o arquivamento do caso.



Previsão do Tempo

17. Mai

25°
 Máxima
15°
 Mínima
 Sol com muitas nuvens.

18. Mai

19°
 Máxima
16°
 Mínima
 Tempo severo, com chuva forte

GCM prende três suspeitos por tráfico e apreende mais de 6 kg de drogas em Guarulhos

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Guarulhos prendeu três suspeitos de tráfico de drogas e apreendeu 6,2 kg de entorpecentes durante ações de combate ao crime na cidade.

No Jardim Belvedere, um homem foi detido com 4,5 kg de cocaína e maconha, divididos em 2.317 porções.

Já no Jardim Santo Afonso, outras duas prisões resultaram na apreensão de 1,7 kg das mesmas substâncias, armazenadas em 805 embalagens.

Ao todo, as equipes retiraram de circulação 3.122 porções de drogas. As ocorrências foram registradas e encaminhadas aos distritos policiais de Guarulhos.



Duplo homicídio em Guarulhos foi julgado na quarta-feira (13/05)

A Polícia Civil de Guarulhos investigou um caso de duplo homicídio registrado na noite de 1º de novembro de 2020, na Rua Olímpio Noronha, no bairro Bonsucesso. O caso foi registrado pelo 7º Distrito Policial de Guarulhos como homicídio simples consumado e tentativa de homicídio.

Segundo os documentos do inquérito, a ocorrência aconteceu por volta das 21h30. Equipes da Polícia Militar preservaram o local até a chegada da perícia técnica. O Instituto de Criminalística realizou exame perinecropsóptico na via pública onde os corpos foram encontrados.

As vítimas identificadas foram Uemerson Santos Silva, de 30 anos, morador da própria Rua Olímpio Noronha, e Alexandre Paes do Espírito Santo, de 34 anos, padeiro e residente na Vila Nova Bonsucesso. Ambos passaram por exames necropsópicos requisitados pela autoridade policial.

O laudo pericial elaborado pela Superintendência da Polícia Técnico-Científica aponta que a equipe de perícia esteve no

local durante a madrugada do dia 2 de novembro de 2020. O trecho analisado era uma rua sem pavimentação, com pouca iluminação e sem passeio público.

De acordo com a descrição pericial, um dos corpos foi encontrado em decúbito dorsal, vestindo blusa de mangas compridas azul e calça azul, além de estar descalço no momento da análise da perícia.

O inquérito foi conduzido pelo delegado Euclides de Souza Bele Filho, do Setor de Homicídios de Guarulhos, e os documentos foram posteriormente encaminhados ao Tribunal de Justiça de São Paulo para andamento do processo judicial.

O júri popular do caso vai a público nesta quarta-feira (13/05/2026), a Folha de Guarulhos segue acompanhando o desfecho do júri.



SUA MARCA EM DESTAQUE NA FOLHA DE GUARULHOS.

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Fone: (11) 94488-3333

PACOTES MENSAIS DISPONÍVEIS

ANUNCIE NA FOLHA DE GUARULHOS

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Rejeição a Lula vai de 55% para 53% em maio, aponta Genial/Quaest



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) registrou em maio o primeiro recuo numérico em sua rejeição desde janeiro, segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira, 13. O índice dos eleitores que dizem conhecer e não votar no petista de jeito nenhum passou de 55% para 53%, oscilação de dois pontos percentuais para baixo em relação ao levantamento anterior.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), por

sua vez, passou a liderar numericamente a rejeição entre os pré-candidatos à Presidência da República. O percentual dos que dizem conhecer e não votar nele foi de 52% para 54%, oscilação de dois pontos para cima.

A pesquisa ouviu 2.004 eleitores presencialmente. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento está

registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-03598/2026.

O resultado reforça o retrato de um eleitorado ainda fortemente dividido entre os dois campos políticos, embora ligeiramente melhor para o atual presidente. Além da rejeição elevada, a pesquisa mostra que 55% avaliam que Lula não merece continuar na Presidência (eram 59% em abril), ante 41% que defendem sua permanência no cargo (eram 38% no mês anterior).

Quando questionados sobre qual liderança desperta maior receio, os entrevistados também se dividiram em um virtual empate técnico: 44% disseram ter mais medo de Jair Bolsonaro e sua família do que de Lula, enquanto 42% afirmaram temer mais o atual presidente.

No quesito potencial eleitoral, Lula também aparece à frente. Para 44%, o presidente é um nome conhecido em quem votariam; no caso de Flávio, esse índice é de 39%.

Entre os nomes da chamada terceira via ou fora da polarização mais consolidada, os índices de rejeição são

mais modestos, mas acompanhados de menor grau de conhecimento.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), é rejeitado por 32% dos entrevistados, enquanto o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) aparece com 27%. Nesse sentido, Caiado ainda é desconhecido por 49% dos entrevistados, enquanto Zema não é reconhecido por 52%.

A Genial/Quaest também testou percepções sobre moderação política. No caso de Lula, 45% afirmaram que ele não é mais moderado que o PT, enquanto 40% consideraram que sim. Flávio enfrenta percepção semelhante: 47% disseram que ele não é mais moderado que sua família, ante 39% que enxergam nele um perfil mais moderado.



Explosão em SP: Tarcísio diz que moradores serão ressarcidos e que casas serão 'recuperadas'

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), comprometeu-se a ressarcir os prejuízos dos moradores atingidos pela explosão ocorrida nesta segunda-feira, 11, no Jaguaré, bairro da zona oeste da capital paulista. O acidente causou a morte de uma pessoa e deixou outras três feridas.

Segundo o Corpo de Bombeiros, 10 imóveis foram interditados e 36 foram atingidos indiretamente. Há um total aproximado de 160 pessoas desalojadas e já foram cadastradas 73 famílias até o momento, afirma a corporação.

"Convoquei reunião imediata com as empresas envolvidas, no Palácio dos Bandeirantes, para discutir a pronta resposta e o acolhimento de todos os afetados pela explosão", afirmou Tarcísio.

"Nossa prioridade neste momento é garantir o rápido alojamento e acolhimento daqueles que tiveram suas casas impactadas, além da segurança de todos e de seus pertences. Todos terão seus prejuízos ressarcidos e suas residências devidamente recuperadas", declarou o governador em publicação feita na noite desta segunda-feira na rede social X, antigo Twitter.

O acidente ocorreu na comunidade Senhora das Virtudes II, em uma

área próxima à Rua Dr. Benedito de Moraes Leme e à Rua Piraúba, atrás do Condomínio Morada do Parque.

Informações iniciais indicam que a explosão pode ter sido provocada por um vazamento identificado durante uma obra realizada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) na região, possivelmente após o rompimento de uma tubulação durante escavações. As causas, no entanto, ainda serão confirmadas pela perícia.

Em nota conjunta, a Comgás, responsável pela distribuição de gás, e a Sabesp informaram que o acidente aconteceu durante uma obra de remanejamento de tubulação de água, quando uma rede de gás foi atingida. "As empresas adotaram imediatamente todos os protocolos de segurança", disseram.

As companhias anunciaram a disponibilização de R\$ 2 mil para os moradores que precisaram deixar suas casas e informaram que os desabrigados serão encaminhados para hotéis. Segundo Sabesp e Comgás, o valor será uma ajuda de custo emergencial até a conclusão do levantamento completo dos prejuízos.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo

informou que equipes técnicas fiscalizaram a atuação das concessionárias e que abrirá, em conjunto com as autoridades, uma investigação para apurar as causas do acidente.

"A Arsesp solicitará às concessionárias todos os documentos e registros operacionais relacionados à prestação dos serviços no local, bem como informações específicas sobre a manutenção realizada no endereço nesta segunda-feira", informou a agência, que afirmou ainda que poderá punir as empresas caso sejam identificadas irregularidades.

Moradores relataram forte cheiro de gás na região antes da explosão. "Ficou cinco horas vazando gás. Começou às 13h e depois explodiu às 17h", contou Ednaldo dos Santos Vieira Filho, que teve a casa atingida.

A explosão deixou um cenário de destruição, com pilhas de destroços, e causou pânico entre os moradores, que enfrentaram a perda de imóveis e o temor de terem parentes ou animais de estimação entre as vítimas.

Uma pessoa foi encontrada morta sob os escombros. Entre os três sobreviventes, uma vítima foi resgatada por moradores, outra

pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e uma terceira pelo Corpo de Bombeiros, que seguiu realizando buscas por possíveis vítimas até por volta das 21h30.

Segundo relatos, o impacto arremessou pessoas e provocou a quebra de vidros de prédios vizinhos. Moradores de um edifício ao lado precisaram deixar o local por precaução, mas posteriormente receberam autorização para retornar.



ANUNCIE NA FOLHA DE GUARULHOS

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Greve na USP: reitoria cria comissão para retomar diálogo com os estudantes

A reitoria da Universidade de São Paulo (USP) anunciou nesta quarta-feira, 13, a criação de uma comissão de moderação com o objetivo retomar o diálogo com alunos da instituição, em greve há cerca de um mês.

Entre outras demandas, os estudantes, que realizaram um ato nesta quarta-feira na Avenida Paulista, região central de São Paulo, cobram aumento do auxílio-permanência para o valor equivalente a um salário mínimo paulista (R\$ 1,8 mil).

O anúncio foi realizado três dias depois de uma ação da Polícia Militar, com uso de cassetetes e gás lacrimogêneo, para retirar os estudantes do prédio da reitoria. Eles haviam invadido o edifício três dias antes.

Na ocasião, a USP lamentou o episódio e informou que a ação da Polícia Militar não foi comunicada previamente à reitoria. Disse também que comunicou a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo logo no início da ocupação, na última quinta-feira, 7, visando a segurança dos servidores e demais funcionários do local.

Como mostrou o Estadão, o reitor da USP, Aluísio Segurado, vinha descartando novas rodadas de negociação. Agora, a instituição afirma que a iniciativa de criar a chamada Comissão de Moderação e Diálogo Institucional visa a promover a abertura de um novo ciclo de interlocução com a representação estudantil.

"Nesta nova etapa, profissionais com experiência em mediação e resolução de conflitos apoiarão a interlocução entre a representação discente e membros da gestão universitária na construção de novos caminhos de entendimento e na busca de soluções para os pontos apresentados pelos estudantes", afirmou a instituição, em nota.

Segundo a USP, a primeira reunião da comissão será agendada com "a brevidade necessária para dar encaminhamento aos pontos de pauta já apresentados, com vistas a poder avançar em sua

implementação". A reportagem busca contato com representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que encabeça a greve, mas ainda não obteve retorno.

A mobilização dos estudantes se intensificou após o fim das negociações entre a reitoria e representantes estudantis, sem consenso sobre as reivindicações apresentadas. Com a retomada do prédio da reitoria, a greve ganhou novos contornos.

Na segunda-feira, 11, estudantes do internato da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) anunciaram adesão à paralisação. Os alunos decidiram paralisar as atividades práticas e os atendimentos realizados no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC) e no Hospital Universitário (HU).

Em nota, o HC afirmou não ter registrado impactos na assistência



aos pacientes. Já o HU informou que as atividades assistenciais seguem sendo realizadas normalmente pelas equipes profissionais da instituição, sem prejuízo ao atendimento da população.

Entre as pautas relacionadas à Faculdade de Medicina, os Hospital das Clínicas mediante universitários criticam o programa pagamento. O movimento avalia "Experiência HCFMUSP na Prática", que a iniciativa estimula a destinado a estudantes de "mercantilização" da formação instituições privadas interessados médica.

Câmara aprova regras para aposentadoria compulsória de empregados públicos aos 75 anos

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira, 14, um projeto de lei que regulamenta a aposentadoria compulsória aos 75 anos para empregados públicos, desde que cumprido o tempo mínimo de contribuição à Previdência Social. O texto também autoriza, em caráter excepcional, a permanência em atividade de profissionais especializados após essa idade. A proposta segue agora para análise do Senado.

A aposentadoria compulsória aos 75 anos já está prevista na Constituição e é regulamentada pela Lei Complementar nº 152/2015 para servidores públicos. O projeto aprovado pela Câmara detalha a aplicação da regra aos empregados públicos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Pela proposta, a aposentadoria compulsória não impedirá a contratação de profissionais para projetos de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação, desde que fique configurada a hipótese de contratação direta por notória especialização.

O texto aprovado corresponde à versão apresentada pela relatora, deputada Bia Kicis (PL-DF), para o projeto de lei proposto pelo deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR). A relatora ajustou a redação, preservando os objetivos da iniciativa original.

"O conhecimento acumulado ao longo de décadas de experiência, especialmente em setores de elevado grau de complexidade técnica e científica, não pode ser simplesmente descartado por uma



imposição etária generalizada", afirmou Bia Kicis no parecer aprovado.

Conforme o projeto, a extinção do vínculo de trabalho não retirará o direito a verbas incorporadas, incluindo saldo de salário, férias, salário-família, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e demais itens previstos em convenções ou acordos coletivos.

Segundo Hauly, o projeto atende a uma demanda de pesquisadores da Embrapa, considerada um centro gerador de tecnologias e inovação para a agropecuária brasileira. A medida também alcança empresas como a Petrobras e o Serpro. "A política nacional de atração e permanência de cientistas é muito rude, o que esse projeto, pelo menos, atenua", comentou Luiz Carlos Hauly.



FOLHA DE GUARULHOS
Desde 1936 A Voz de Guarulhos

DENÚNCIAS redacao@folhadeguarulhos.com.br

Folha de Guarulhos

Diretor de Redação:

Eduardo Vivan

Colunista:

Cristiano Medina da Rocha

Diagramação e Arte:

Beatriz Micolichi

Agência de notícias:

Agência Estado

Fone:

(11) 94488-3333

Site:

www.folhadeguarulhos.com.br

Redes Sociais: Instagram: @folha.de.guarulhos

Editado e distribuído por: **EMPRESA JORNALÍSTICA ATLAS GUARU LTDA**

CNPJ: 08.630.197/0001-54

Sede: Rua Silvestre Vasconcelos Calmon, 51, Guarulhos/SP, CEP 07020-001

SUA MARCA EM DESTAQUE NA FOLHA DE GUARULHOS.

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Fone: (11) 94488-3333

PACOTES MENSAIS DISPONÍVEIS

ANUNCIE NA FOLHA DE GUARULHOS

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.



MEDINA DA ROCHA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

WWW.MEDINADAROCHA.COM.BR

Guarulhos precisa de uma agenda pública à altura de sua importância



Entre projetos simbólicos, desafios sociais, desenvolvimento econômico e zeladoria urbana, a cidade precisa transformar ações isoladas em políticas públicas permanentes

Guarulhos é uma cidade grande demais para viver de improvisos pequenos. Com sua força econômica, sua posição estratégica, sua relevância industrial, sua densidade populacional e seus profundos contrastes sociais, o município exige uma agenda pública compatível com sua dimensão. A semana política e administrativa mostrou temas importantes em debate: projetos aprovados na Câmara, ações de zeladoria urbana, discussões sobre segurança alimentar, iniciativas voltadas à indústria local e serviços públicos nos bairros. O ponto central, porém, é saber se essas movimentações estão compondo um projeto de cidade ou se seguem dispersas, fragmentadas e incapazes de enfrentar os problemas estruturais de Guarulhos.

A Câmara Municipal tem papel decisivo nesse processo. É legítimo que vereadores apresentem projetos de caráter simbólico, instituíam datas comemorativas, reconheçam eventos, homenageiem tradições e deem visibilidade a causas sociais, religiosas, esportivas e culturais. Os símbolos também integram a vida pública. Eles preservam memórias, valorizam comunidades e ajudam a construir pertencimento. O problema surge quando a produção legislativa se concentra excessivamente nesse campo e deixa em segundo plano a ormulção de políticas públicas de impacto direto na vida da população.

Datas oficiais têm valor, mas não substituem políticas públicas. Uma cidade como Guarulhos precisa de leis acompanhadas de orçamento, metas, indicadores,

fiscalização e mecanismos reais de execução. O calendário oficial não pode ser o destino principal da atividade legislativa. A cidade precisa discutir com profundidade temas como mobilidade, segurança alimentar, habitação, saúde, zeladoria, desenvolvimento econômico, educação, proteção à infância, atenção aos idosos, inclusão das pessoas com deficiência e fortalecimento das regiões mais afastadas do centro.

Nesse contexto, a segurança alimentar e a vulnerabilidade social precisam ocupar lugar prioritário. Falar de fome em uma cidade industrial, logística e economicamente relevante como Guarulhos é reconhecer uma contradição que não pode ser naturalizada. A posse ou atuação de conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, é importante, mas conselhos não podem existir apenas como formalidade institucional. Precisam ter voz, estrutura, transparência, acesso a dados e capacidade de fiscalizar políticas públicas.

Combater a fome exige muito mais do que discurso. Exige orçamento, planejamento, articulação entre secretarias, fortalecimento da rede assistencial, apoio às entidades sociais, atenção à merenda escolar, identificação das famílias em situação de vulnerabilidade e acompanhamento permanente dos indicadores sociais.

Uma cidade justa não é aquela que apenas anuncia programas, mas aquela que mede resultados, corrige falhas e transforma a política pública em proteção concreta para quem mais precisa

Ao mesmo tempo, é impossível enfrentar a vulnerabilidade social sem tratar do desenvolvimento econômico. Guarulhos tem vocação industrial, localização estratégica, aeroporto internacional, setor logístico forte, comércio ativo e uma cadeia produtiva capaz de gerar emprego, renda e inovação. Esse potencial, entretanto, precisa ser organizado dentro de uma visão de futuro. Desenvolvimento econômico não pode ser apenas a realização de eventos ou encontros institucionais. Deve ser política pública permanente.

Fortalecer a indústria local significa investir em qualificação profissional, aproximar empresas das escolas técnicas, criar ambiente favorável ao empreendedorismo, apoiar pequenos negócios, atrair investimentos e integrar o setor produtivo às necessidades sociais da cidade. Desenvolvimento econômico só tem sentido quando se transforma em emprego, renda e dignidade. Uma cidade economicamente forte, mas socialmente desigual, continua sendo uma cidade incompleta.

Também não há desenvolvimento verdadeiro sem cuidado com o espaço urbano. Cidade limpa também é cidade respeitada. O descarte irregular, o acúmulo de entulho, a sujeira em vias públicas e a degradação dos bairros não são problemas menores. São sinais visíveis de desorganização urbana, ausência de fiscalização, falta de educação ambiental e insuficiência de serviços públicos permanentes.

A limpeza urbana envolve saúde pública, meio ambiente, segurança, autoestima dos bairros e respeito ao cidadão. Operações de retirada de entulho, Cata-Tralha e ações pontuais são necessárias e devem ser reconhecidas. Mas elas não bastam. Guarulhos precisa ampliar e divulgar ecopontos, fiscalizar descartes clandestinos, punir infratores, melhorar a coleta, orientar a população e estabelecer uma política contínua de zeladoria.

Não se pode aceitar que bairros inteiros convivam com lixo, abandono e improvisado como se isso fosse parte natural da paisagem urbana.

A responsabilidade pela cidade é compartilhada, mas a coordenação principal cabe ao poder público. O cidadão deve fazer sua parte, não descartar lixo irregularmente, respeitar o espaço coletivo e colaborar com a conservação dos bairros. Mas cabe à Prefeitura garantir estrutura, fiscalização e serviços eficientes. Cabe à Câmara fiscalizar, propor leis efetivas e cobrar resultados. Cabe ao setor produtivo participar da construção de soluções. Cabe à sociedade civil acompanhar, denunciar, sugerir e exigir.

Guarulhos precisa superar a política do gesto isolado. A cidade não pode tratar cada problema como se fosse uma ocorrência desconectada. A fome se relaciona com emprego. O emprego se relaciona com desenvolvimento econômico. O desenvolvimento depende de planejamento urbano. A zeladoria influencia saúde, segurança e dignidade. A atividade legislativa precisa dialogar com essas conexões, em vez de se limitar a respostas simbólicas ou fragmentadas.

O desafio está posto: transformar iniciativas pontuais em agenda pública integrada. Guarulhos precisa de menos improvisado e mais planejamento. Menos aparência e mais resultado. Menos leis sem consequência prática e mais políticas públicas capazes de mudar a vida das pessoas. Uma cidade com a importância histórica, econômica e humana de Guarulhos não pode se contentar com pouco.

A Folha de Guarulhos entende que o caminho passa por uma atuação mais madura entre Executivo, Legislativo, setor produtivo e sociedade civil.

A cidade precisa reconhecer seus problemas sem pessimismo, valorizar suas potencialidades sem propaganda vazia e construir soluções com seriedade. Porque uma cidade limpa, justa, produtiva e socialmente responsável não nasce de discursos isolados. Nasce de compromisso público permanente.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Frutos do mar	Conjunto de bens da esposa	Pé de animal Andar; caminhar	(?) Monte, cantora da MPB	Relativo ao ensino Também não	O Galo de Minas Gerais (lit.)
Transfêrência de data					
Espécie de salame usado em sanduíches					
Gato, em inglês					
		Material de cercas Inferior a tudo			Para o; em direção a
			Herói de "O Guarani" (Lit.)		
Consoantes de "sotão"	Dificuldade para dormir			Telefone (abrev.)	
				Que têm a natureza do gás Custosa	
		Sufixo de "burrico"			A camada oposta a este
		Dupla: casal	Analísada		
Máquina para fazer tecidos	Apanham peixes Fita a vista em				Histo de "voe"
Local da aula prática de Química	(?) vindas: recepção cordial	Vogal que leva o trema (Gram.)	Espaço de 12 meses		
			Deter: reter		
Umidade				(?) é o melhor remédio" (dito)	Interjeição que indica ação rápida
Cura: sara		Profissão de Suzana Vieira			
Estilingue (bras.)	Vasilha para flores (pl.)				
Carta do baralho	Semáforo				

BANCO

CHEGOU O LIVRO
"Treine sua Memória"

144 PÁGINAS
Nas bancas e livrarias

MEMÓRIA

60 jogos

COQUETEL

Solução

S	O	H	V	F	R	S	V
V	I	I	O	V	B	I	V
Z	I	H	I	V	V	X	S
3	V	O	V	H	I	O	W
O	N	V	O	N	I	O	
O	I	R	O	I	O	B	V
W	V	C	J	O	I		
O	C	I	W	A	V	E	I
H	C	O	V	S	O	S	O
V	I	N	O	S	N	I	V
I	E	I	O	I	E	B	E
3	W	V	H	V	Z	I	V
V	T	O	V	A	I	R	O
O	I	N	E	V	A	I	O
V	P	P	O				

SUA MARCA EM DESTAQUE NA FOLHA DE GUARULHOS.

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Fone: (11) 94488-3333

PACOTES MENSAIS DISPONÍVEIS

ANUNCIE NA FOLHA DE GUARULHOS

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

A nova lei dos crimes patrimoniais e o desafio da segurança no Brasil

Lei nº 15.397/2026 endurece penas para furto, roubo, receptação, fraude bancária e crimes digitais, mas repressão penal não substitui política pública de segurança

A Lei nº 15.397/2026, sancionada em 30 de abril de 2026, promoveu alterações importantes no Código Penal, com o objetivo de endurecer a resposta estatal a crimes patrimoniais que afetam diariamente a vida da população brasileira. A norma aumentou penas para furto, roubo, estelionato, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviços de comunicação e informação, além de tipificar condutas ligadas à fraude bancária e ao uso de contas para movimentação de valores ilícitos.

A nova legislação surge em um contexto de crescente preocupação social com furtos de celulares, golpes digitais, fraudes bancárias, roubo de veículos, receptação de bens subtraídos e crimes que comprometem serviços essenciais. Em cidades grandes e complexas como Guarulhos, onde convivem intensa circulação de pessoas, comércio ativo, polos logísticos, regiões industriais e grande demanda por segurança pública, o tema tem impacto direto na vida cotidiana.

Entre as principais alterações, a lei aumentou a pena geral do furto, que passa a ser de reclusão de 1 a 6 anos, além de multa. Também ampliou a resposta penal para modalidades qualificadas, como furto de celulares, computadores, tablets, veículos levados para outros Estados ou para o exterior, armas de fogo, explosivos e animais domésticos ou de produção. Nos casos de furto mediante fraude eletrônica, a pena passa a alcançar patamar mais severo, refletindo a preocupação do legislador com os golpes praticados por meios digitais.

No crime de roubo, a lei também elevou a pena-base, que passou de 4 a 10 anos para 6 a 10 anos de reclusão, além de multa. Em relação ao latrocínio, roubo seguido de morte, a pena mínima foi elevada para 24 anos, mantendo-se o máximo de 30 anos. A intenção legislativa é clara: aumentar a capacidade repressiva do Estado diante de crimes patrimoniais praticados com violência ou grave ameaça.

Outro ponto relevante é o tratamento mais rigoroso dado à receptação. A receptação é peça essencial na cadeia da criminalidade patrimonial. Quem compra, recebe, transporta ou comercializa produto de crime alimenta o mercado ilegal e estimula novos furtos e roubos. A nova lei também criou disciplina específica para a receptação de animal doméstico ou de criação, o que dialoga com uma realidade cada vez mais presente:

o furto e a comercialização irregular de animais, inclusive pets, que possuem valor econômico, afetivo e familiar.

A lei também enfrenta uma das formas mais atuais de criminalidade: os golpes digitais.

O uso de contas bancárias de terceiros, popularmente chamadas de "contas laranja", tornou-se mecanismo frequente para movimentar dinheiro obtido por fraudes eletrônicas. A nova norma pune quem cede ou utiliza contas para circulação de valores ligados a crimes, especialmente em golpes praticados por redes sociais, aplicativos de mensagens, e-mails falsos e outros meios eletrônicos.

Esse ponto merece atenção especial. O Direito Penal brasileiro não pode ignorar que a criminalidade patrimonial mudou. O golpe que antes dependia de contato físico, abordagem direta ou violência nas ruas hoje também ocorre por meio de links falsos, clonagem de contas, perfis fraudulentos, engenharia social, centrais telefônicas simuladas e manipulação emocional de vítimas. Muitas vezes, idosos, consumidores vulneráveis e pessoas com menor familiaridade tecnológica são os alvos preferenciais.

Sob a ótica jurídica, a Lei nº 15.397/2026 representa uma opção legislativa pelo endurecimento penal. O Congresso Nacional e o Poder Executivo entenderam que determinados crimes exigiam resposta mais severa. Essa escolha pode ser compreendida diante do sentimento social de insegurança e da multiplicação de condutas que afetam o patrimônio, a tranquilidade e a vida privada das pessoas.

No entanto, é preciso cautela. A elevação de penas, isoladamente, não resolve o problema da criminalidade. O Direito Penal é instrumento necessário, mas não pode ser tratado como solução única. A experiência brasileira demonstra que aumentar penas sem melhorar investigação, inteligência policial, prevenção, fiscalização, políticas sociais, tecnologia e eficiência processual pode produzir mais simbolismo punitivo do que resultado concreto.

A impunidade não decorre apenas do tamanho da pena prevista na lei. Muitas vezes decorre da dificuldade de identificar autores, rastrear valores, recuperar bens, desmontar redes de receptação, investigar fraudes eletrônicas e dar resposta rápida às vítimas. No caso dos golpes digitais, por exemplo, a

punição exige integração entre bancos, autoridades policiais, Ministério Público, Poder Judiciário, plataformas digitais e órgãos de defesa do consumidor.

Também é necessário evitar que o endurecimento penal recaia de forma seletiva apenas sobre os mais vulneráveis, enquanto organizações criminosas, receptadores profissionais, quadrilhas digitais e estruturas econômicas do crime seguem operando com sofisticação. A resposta penal precisa atingir a cadeia completa: quem furta, quem rouba, quem recepta, quem financia, quem movimenta valores, quem fornece contas, quem revende produtos e quem lucra com a criminalidade.

Do ponto de vista constitucional, a nova lei deve ser interpretada à luz da proporcionalidade, da individualização da pena, da dignidade da pessoa humana, da proteção da vítima e da necessidade de defesa da ordem pública. É legítimo proteger o cidadão contra crimes patrimoniais, mas é igualmente necessário preservar garantias fundamentais e assegurar que cada caso seja analisado conforme sua gravidade concreta.

A sociedade tem direito à segurança. A vítima tem direito a proteção, reparação e resposta institucional. O comerciante tem direito a trabalhar sem medo. O cidadão tem direito de circular pela cidade sem ser alvo de violência. O consumidor tem direito de usar meios digitais sem se tornar presa fácil de fraudadores. Mas a segurança pública exige mais do que alteração legislativa. Exige Estado presente.

Em Guarulhos, a discussão tem especial relevância. A cidade possui grande circulação de pessoas, aeroporto internacional, áreas comerciais intensas, regiões industriais, transporte coletivo movimentado e bairros com diferentes realidades sociais. Crimes patrimoniais, furtos de celulares, receptação, golpes bancários e roubos afetam diretamente a sensação de segurança e a qualidade de vida da população.

Por isso, a Lei nº 15.397/2026 deve ser recebida como instrumento importante, mas insuficiente se não vier acompanhada de políticas públicas integradas. É preciso investir em investigação qualificada, inteligência, iluminação pública, câmeras, urbanismo, fortalecimento das guardas municipais dentro de suas atribuições constitucionais, integração entre forças policiais, educação digital da população e mecanismos de prevenção à fraude.



Cristiano Medina da Rocha
Mestre em Processo Penal pela PUC-SP, advogado, professor de Direito Constitucional e Processo Penal

A nova lei manda uma mensagem: o Estado pretende reagir com mais rigor aos crimes patrimoniais e digitais. Mas a mensagem só terá valor real se for acompanhada de efetividade. Segurança pública não se constrói apenas com penas maiores. Constrói-se com prevenção, investigação, punição proporcional, proteção às vítimas e enfrentamento das estruturas econômicas que alimentam o crime.

A Lei nº 15.397/2026 representa uma atualização necessária do Código Penal diante de novas formas de criminalidade. Mas o desafio brasileiro continua sendo transformar lei em realidade. A população não espera apenas penas mais altas no papel. Espera menos crimes nas ruas, menos golpes nos celulares, menos receptação alimentando o mercado ilegal e mais proteção concreta para viver com dignidade e segurança.

SUA MARCA EM DESTAQUE NA FOLHA DE GUARULHOS.

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.

Fone: (11) 94488-3333

PACOTES MENSAIS DISPONÍVEIS

ANUNCIE NA FOLHA DE GUARULHOS

Divulgue sua empresa no jornal mais tradicional da cidade.